

informação

em rede

São Paulo, dez. de 2003 Ano VII Nº61

Este boletim é publicação mensal da **Ação Educativa** - Assessoria, Pesquisa e Informação

Continuidade do Exame Nacional será decidida em 2004

Luiz Araújo, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – Inep, diz em entrevista que a continuidade do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja será discutida no começo de 2004, com base em estudos que o órgão está realizando. Segundo ele, o exame, criado em 2002 para atender uma solicitação do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, foi suspenso devido a conflito de competência entre União, Estados e Municípios. Santo André, uma das 23 cidades brasileiras que aderiram ao Exame em 2002, inscreveu 816 alunos para a certificação do ensino fundamental e 475 do ensino médio. Desse total, 32% e 29%, respectivamente, receberam a certificação pois uma parte dos estudantes foi reprovada e a outra não realizou todas as provas em 2002. Para Antônio Balbino, diretor do Departamento de Educação do Trabalhador, a suspensão unilateral do Encceja pelo Inep prejudicou os alunos que não creditaram todas as áreas de conhecimento. Para viabilizar a certificação desses estudantes, a Secretaria Municipal de Educação quer fazer parceria com escolas técnicas públicas, evitando recorrer a entidades privadas que realizam exames supletivos. Já o Consed, entidade que solicitara ao Inep a criação de um mecanismo nacional de avaliação para a educação de jovens e adultos, mas não aderiu ao Encceja em 2002, não voltou a discutir o assunto.

Porque a realização do Encceja foi suspensa?

A implantação do Encceja gerou muita polêmica. O ensino de jovens e adultos é de responsabilidade de Estados e Municípios com sistema próprio de ensino fundamental.

O Encceja surgiu para responder à cobrança sobre a precariedade desse sistema e as fraudes documentadas pela imprensa. Entretanto, essa prática da União de avocar competências que não são dela quando os Estados não dão conta não é sadia para a convivência na Federação.

O Encceja nasceu também para controlar a certificação de brasileiros que cursam o ensino básico fora do País, em especial no Japão, pois a relação com outros países cabe à União.

Além disso, o exame veio num momento em que a educação de jovens e adultos passava por reformulações, pressionada pelo veto no acesso ao Fundef.

Faltavam recursos e a certificação por exames não era acompanhada de mudanças qualitativas.

A aplicação do Encceja no ano passado foi um piloto e faltou um estudo mais detalhado sobre a relação com Estados e Municípios. Por isso, ele foi suspenso. Estamos agora fazendo estudos e consultas para verificar a necessidade de continuar ou de enfrentar o problema de outra forma. Talvez o melhor fosse ter aberto o debate e mudado a legislação. Além disso, provas nacionais sempre trazem problemas, num país tão diverso como o nosso.

Essa diversidade será considerada na reformulação do Encceja?

Qualquer exame nacional baseia-se nos parâmetros curriculares. Entretanto, Estados e Municípios têm autonomia para contextualizar o currículo. Vou dar o exemplo da minha experiência em Belém (onde Araújo foi secretário

municipal de educação por seis anos): desenvolvemos o currículo por meio de temas geradores e consideramos que os alunos saem preparados. Mas, se eles forem avaliados pelos parâmetros curriculares, talvez não se saiam bem. Seria justo isso? Uma prova nacional não certifica que aquele aluno está preparado, mede apenas o sistema. Mas mesmo isso tem que envolver Estados e Municípios. É um problema difícil de resolver e achamos mais prudente não repetir uma experiência polêmica, com pouca adesão e com esse problema de conflito de competência.

Como o Inep fará essa reformulação?

A Portaria 2134 (de 8/8/2003) estabeleceu um prazo, que não é fatídico, até o final do ano para fazermos estudos internos, que serão apresentados aos estudantes, Undime, Consed, associações científicas, conselheiros de educação e pesquisadores em consultas públicas. Temos mais tempo para resolver essa questão do que em outros exames (como o ENEM) que possuem prazos e uma cultura consolidada.

O piloto não criou expectativas de continuidade na certificação?

Criou, sim, a expectativa por exames nacionais. Na cabeça das pessoas, essa é mais uma oportunidade para creditar matérias, sem precisar se matricular e estudar. Quais são os efeitos? Cursos preparatórios para o Encceja em todo o Brasil. Eu não vejo como isso contribui para elevação da escolaridade.

O acesso ao ensino fundamental seria transformado numa prova nacional.

Quem hoje faz curso preparatório em seis meses faria também para o Encceja. Só aumentaria a seriedade das provas. Mas o questionamento não está só nas provas.

Editorial

O orçamento da União e o regime de colaboração

Em dezembro o IBGE divulgou as características educacionais da população segundo o Censo de 2000. A imprensa destacou que a maioria dos brasileiros adultos - 63,2% das pessoas com mais de 25 anos - possui menos de quatro anos de escolaridade, insuficientes para alcançar um patamar razoável de alfabetismo.

Com menos alarde, os resultados preliminares do Censo Escolar trazem algum alento: atestam que mais de três milhões de brasileiros se inscreveram no ensino fundamental para jovens e adultos em 2003, um acréscimo de 12,6% em relação ao ano anterior. Impressiona o aumento da participação dos municípios na oferta escolar para jovens e adultos: em 2001, estados e municípios dividiam as matrículas; em 2003, com mais de 1,8 milhão de alunos, os municípios ampliaram sua participação para 59%, enquanto que os estados, ocupados com os exames supletivos e o ensino médio, estacionaram em um patamar de 1,2 milhão de estudantes, 39% da matrícula total. Isso se deve, em parte, à indução de programas federais, como o financiamento do Fazendo Escola (Recomeço), a demanda de continuidade gerada pelo Alfabetização Solidária ou as expectativas criadas pelo Brasil Alfabetizado.

Mais próximo do cidadão, o poder local sofre pressões para atender a demanda por educação não satisfeita pelos estados. O fenômeno é positivo, mas implica o risco de aumento das desigualdades, pois os cinco mil municípios brasileiros são muito heterogêneos. Sem a cooperação das demais esferas de governo, a maioria não tem capacidade econômica e técnica para propiciar aos jovens e adultos educação continuada de qualidade. Esse é um dos motivos pelos quais a redução do orçamento da União preocupa.

Educação de jovens e adultos fica de fora das emendas ao orçamento da União

A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados aprovou no mês de novembro cinco emendas elevando os recursos para o setor no Plano Plurianual 2004-2007.

A principal delas prevê R\$ 1,75 bilhão para o Fundef e o dobro de recursos para a educação ao final de quatro anos. Aprovou também cinco emendas ao Orçamento da União para 2004. Nenhuma delas refere-se à educação de jovens e adultos.

As emendas aprovadas prevêem o acréscimo de recursos às instituições federais de ensino superior (R\$ 226 milhões), de educação profissional

(R\$ 200 milhões), ao ensino fundamental (R\$ 70 milhões), aos centros de educação profissional (131 milhões), bem como projetos de arte e cultura (R\$ 200 milhões). Todas foram encaminhadas para apreciação do sub-relator Nárcio Rodrigues (PSDB-MG), encarregado de apresentar à Comissão de Orçamento um relatório setorial. Os relatórios setoriais começaram a ser votados no dia 10 dezembro na Comissão de Orçamento e a previsão era de que o relatório final fosse votado pelo plenário do Congresso Nacional até o Natal.

Artesãs cearenses vencem concurso de economia solidária

Em sua quarta edição, o Concurso de Empreendimentos Exitosos Liderados por Mulheres premiou esse ano a Ascron - Associação de Crocheteiras Novarussenses, da cidade de Nova Russa, Ceará. A Associação, que existe há vinte anos, apoia e facilita a comercialização dos produtos feitos por 103 mulheres. O concurso é promovido pela Repem - Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe e organizado no Brasil pela ONG Rede Mulher de

Educação. Neste ano, 25 organizações inscreveram-se. A entidade carioca Associação de Mulheres Palhaças "As Marias da Graça" conquistou o segundo lugar. Em seguida, ficou o Grupo de Mulheres Caprinocultoras do Assentamento Conquista do Morgado, de Massapé, Ceará. Cada um receberá R\$ 1 mil, R\$ 500 e R\$ 300, respectivamente. Informações pelo fone: (11) 3873-2803 ou pelo e-mail: rdmulher@redemulher.org.br.

Paulo Rosas já não está entre nós

Faleceu no último dia 18 de novembro, em Paris, ao 73 anos, o filósofo e professor Paulo Rosas. Professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco, era considerado um dos maiores estudiosos do educador Paulo Freire, com quem participou de movimentos culturais no Recife entre o final da década de 50 e 1964. Rosas atuou de maneira decisiva no desenvolvimento de pesquisas na área da psicologia e ajudou a fundar o Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas da UFPE.

Ele estava na França para participar, como convidado de honra, de um seminário da Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Publicou 12 livros e mais de 60 artigos. Sua obra mais recente, *Paulo Freire: Educação e Transformação Social*, foi publicada em 2002 com outros colaboradores. Rosas foi enterrado na capital pernambucana no dia 30 de novembro.

São Paulo sistematiza experiências de educação de jovens e adultos

Uma série de publicações elaboradas pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e organizações não governamentais que a assessoram sistematiza diretrizes e práticas de educação de jovens e adultos em curso em São Paulo na gestão 2001-2004.

A Coleção Círculos de Formação destina-se à formação de educadoras populares que atuam no Movimento de Alfabetização. **Princípios freirianos e sócio-construtivismo** é o primeiro caderno da série, realizado pela equipe do Instituto Paulo Freire, que também elaborou o volume 5

Implicações metodológicas da prática educativa. Os cadernos 2 e 3, **Alfabetização: um desafio de milhões** e **Mergulhados em números: a matemática na EJA**, foram construídos pela equipe de Ação Educativa. O Vereda colaborou com o volume 4 sobre **Registro: fazendo e aprendendo**, enquanto que o Centro Cida Romano formulou o caderno 6, intitulado **Festa como arte: primeiro ano de reconstrução do MOVA-SP**. O primeiro caderno da **Coleção Uma nova EJA para São Paulo** sintetiza a construção coletiva dos educadores

municipais no processo de **Reorganização e Reorientação Curricular da Educação de Jovens e Adultos**, com texto da equipe do Instituto Paulo Freire. Um encarte traz as conclusões dos grupos de trabalho do **1º Encontro de Educadores e Educandos**, ao lado dos textos das conferências de Miguel Arroyo e Moacir Gadotti, dentre outros. A tiragem destina-se aos educadores paulistanos, mas os interessados podem contactar a Divisão de Orientação Técnica pelo e-mail dot1@prefeitura.sp.gov.br ou fones (0xx11) 5080-5058/5004.

Teses em Defesa

O livro **Educação de jovens e adultos: dialogando sobre aprender e ensinar** é a publicação pela Editora da Universidade de Passo Fundo (editora@upf.br) da dissertação de mestrado em que Irene Skorupski Saraiva sistematizou sua experiência de coordenação pedagógica do Programa Alfabetização Solidária no município de Tucano, na Bahia, entre 1998 e 2000, parte das atividades de extensão daquela Universidade no campo da alfabetização de crianças, jovens e adultos. Trata-se do registro de uma pesquisa ação sobre a metodologia de formação em serviço de educadores, em que a autora

colocou em prática os princípios metodológicos difundidos no curso de Pedagogia, investigando o tempo necessário à alfabetização, estratégias de motivação e enfrentamento da evasão, bem como a influência do Programa na cultura política local e na configuração da política educacional do município.

A formação das professoras que alfabetizam jovens e adultos: uma demana (re)velada é o título da dissertação de mestrado apresentada por Abdizia Maria Alves Barros (abdizia@bol.com.br) no início de novembro no Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. Sob orientação de

Tânia Maria de Melo Moura, a pesquisadora analisou os processos de formação das educadoras da rede pública de ensino, estadual e municipal, de Maceió, produzindo um quadro conceitual em torno das idéias de formação inicial e continuada que norteiam esse processo e identificando as bases legais e institucionais que sustentam o "silêncio" no campo da formação inicial das professoras alfabetizadoras de jovens e adultos. O estudo aponta a existência de uma dicotomia entre o processo de formação e as concepções das professoras alfabetizadoras e revela ainda a necessidade de uma política pública de formação inicial e continuada para esses educadores.

Agenda dos Fóruns

As experiências de construção de propostas curriculares da Secretaria Municipal de Educação de Niterói e do Proalfa serão tema da plenária do Fórum do **Rio de Janeiro** na tarde de 15 de dezembro no Auditório 11 da UERJ. Contatos pelo e-mail forumeja@uerj.br ou fone (21) 2587-7469.

A plenária dos Fóruns do V ENEJA decidiu formar uma Comissão Nacional. Os Fóruns que indicaram

representantes são os seguintes:

Alagoas – Gorete Amorim (Sesi) e Edna Lopez (SEE/AL); **Bahia** – Luzeni F. de Oliveira Carvalho (UNEB de Teixeira de Freitas) e Magdalânia C. França (UNEB de Alagoinhas); **Ceará** – Maria José Barbosa e Maria Iolanda Holanda; **Espírito Santo** – Lucillo de Souza Jr. (UFES) e Samuel S. Siman (Sesi); **Goiás** – Maria Margarida Machado (UFGO) e Giovânia F. de Castro (Sesi); **Maranhão** – Maria Raimunda C.

Santos (GEDH/MA) e Maria Júlia C. Lima (Sesi); **Minas Gerais** – Leôncio J. G. Soares (UFMG) e Maria Clemência de F. Silva (CME); **Rio de Janeiro** – Eliane Ribeiro Andrade (UFF) e Jaqueline Ventura (SME de Niterói); **Rio Grande do Sul** – Carmen Gatto (SME de Porto Alegre) e Luciana P. Cordeiro (Sesi); **São Paulo** – Cláudio Marques da S. Neto (professor das redes públicas) e Silvana M. Guimarães (Ação Educativa). Novas indicações podem ser feitas pelo e-mail sape@capina.org.br.

Cerca de 48 mil paraibanos participam do Brasil Alfabetizado

As primeiras turmas do programa Brasil Alfabetizado na Paraíba encerram suas aulas em dezembro. O Estado, um dos primeiros a estabelecer a parceria com o governo federal, cadastrou cerca de 48 mil alfabetizandos em 160 municípios, distribuídos em 2.105 classes. Estão envolvidos nesse processo 1.877 alfabetizadores. Metade dos alunos deve concluir as atividades agora e o restante, cujas aulas começaram em setembro, em meados de fevereiro. Como as aulas ainda estavam em andamento até o fechamento desta edição, os dados sobre o sucesso do processo de alfabetização ainda não estavam disponíveis. A previsão, entretanto, era que 90% dos

participantes conseguissem ser alfabetizados.

Apesar de destacar avanços no programa federal, como a remuneração para os educadores, a Coordenadoria do Ensino de Jovens e Adultos do Estado – Coeja cita dois problemas. O primeiro, diz respeito à dificuldade em avaliar de perto o desempenho dos alfabetizadores, já que o convênio com o Ministério da Educação prevê o repasse de recursos apenas para a sua formação inicial. Não haveria, por exemplo, recursos para promover a formação continuada dos educadores.

Além disso, a Coeja reclama da falta de recursos para o custeio de material didático. O governo estadual distribuiu

35 mil kits, mas faltou dinheiro para atender o restante dos alfabetizandos. Na primeira semana de dezembro, a Coeja aguardava um posicionamento do MEC para dar continuidade ao convênio em 2004. Encerrada a alfabetização desses jovens e adultos, coloca-se o desafio de incentivar e permitir que esses alunos continuem estudando. Para isso, o governo estadual pretende estabelecer parcerias com os municípios.

Contato: Coordenadoria do Ensino de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba
Av. João da Mata, s/nº, bloco 1 do Centro Administrativo, 4º andar 58019-900
Jaguaribe, João Pessoa – PB
fone: (83) 218-4047
e-mail: giseldad@educ.pb.gov.br

Leia

A Unesco e a Editora Moderna lançaram o *Relatório de Monitoramento Global Educação Para Todos 2002: o mundo está no caminho certo?* (R\$ 35), com um balanço frente as metas estabelecidas em 2000 no Fórum de Educação de Dacar. Já o Relatório 2003/2004, que aborda a equidade de gênero, está disponível em inglês no site da Unesco (www.unesco.org).

O Observatório da Educação e da Juventude lançou duas publicações gratuitas sobre educação de jovens e adultos, disponíveis também no site www.controlesocial.org.br.

Alfabetização e Analfabetismo: desafios para as políticas públicas registra o debate realizado em setembro, do qual participaram Célio da Cunha (Unesco), Liana Borges (Rede Mova Brasil), Regina Esteves (Programa Alfabetização Solidária) e Vera Masagão Ribeiro (Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil).

Coordenado por Maria Clara Di Pierro, *Seis anos de educação de jovens e adultos no Brasil: os compromissos e a realidade* focaliza a ação do governo federal nos anos posteriores à V Conferência Internacional de Educação de Adultos. Reconhecendo avanços realizados após 1997, a avaliação traz recomendações para as políticas do setor, dentre as quais a necessidade de se acelerar o ritmo de alfabetização dos jovens e adultos brasileiros. Pedidos pelo e-mail observatorio@acaoeducativa.org.

Anote

30 de março termina a inscrição para o 3º Encontro Internacional "Presença de Paulo Freire", que ocorre entre 6 e 11 de maio, em Cuba. O evento tem como tema a educação e a comunicação nos espaços educativos de transformação social. Informações pelo site www.azurina.cult.cu ou pelo e-mail apa@ceniai.inf.cu, com Nidia González.

Também em **março** encerra-se o prazo para inscrição de trabalhos para o Grupo de Trabalho de Educação de Pessoas Jovens e Adultas da 27ª reunião

anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação, em outubro de 2004. Informações no site www.anped.org.br, e-mail anped@infolink.com.br ou fone (21) 3879-5511.

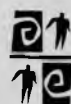
1 a 4 de abril acontece o Fórum Mundial Temático de Educação de São Paulo, com o lema "Educação Cidadã para uma Cidade Educadora". São esperados cerca de 60 mil pessoas de mais de 100 países. Informações no site: www.forummundialeducacao.org ou pelo fone: (11) 3021-5339.

Este boletim é publicação mensal da Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação.

Apoio: ICCO (Holanda)
EED (Alemanha)

Edição de texto: Maria Clara Di Pierro
Marina Gonzalez

Projeto gráfico: SM&A Design
Tiragem: 2.750 exemplares



Ação Educativa

Rua General Jardim, 660
01223-010 São Paulo SP Brasil
T e F: 11 3151 2333
acaoeduc@acaoeducativa.org
www.acaoeducativa.org